

Luiz Henrique pede que governadores desistam do plebiscito

CLÓVIS ROSSI
Da Reportagem Local

O líder do PMDB na Câmara Federal, deputado Luiz Henrique da Silveira (SC), de centro-esquerda (segundo levantamento publicado pela Folha no caderno "Os Eleitos", em 19 de janeiro), telefonou ontem ao governador do Paraná, Álvaro Dias, para pedir-lhe



que os governadores não insistam, na reunião que vão realizar amanhã em Florianópolis (SC), na tese de um plebiscito sobre o sistema de governo que vier a ser definido pelos constituintes.

Luiz Henrique —que disse ter telefonado também aos demais governadores (dez) que irão a Florianópolis— argumenta que o plebiscito seria "armar o palanque para o Brizola", em alusão ao presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, feroz adversário do parlamentarismo. O líder peemedebista acha

ainda, que a defesa do plebiscito colocaria em dúvida a soberania do Congresso constituinte.

O governador paranaense entendeu que o recado não era apenas do líder do PMDB, mas também do presidente da República, até porque, na véspera, o porta-voz da Presidência, Frota Neto, já havia dito que Sarney não concorda com um plebiscito limitado à questão do sistema de governo.

Depois desses recados, a atitude que adotará os dez governadores convidados para a reunião de Florianópolis

acabará servindo de termômetro para a temperatura atual de seu relacionamento com o presidente: acontece que um dos itens da pauta da reunião é "formas de governo" e, dentro dele, "uma análise mais conclusiva" da tese do plebiscito, como espera o governador Pedro Ivo Campos (SC).

Se insistirem com a defesa do plebiscito, limitado ao sistema de governo, estarão colidindo com o presidente. Se abandonarem a idéia ou seguirem a proposta do próprio Sarney, a lua-de-mel Planalto-governadores continuará valendo.

Ulysses amplia o prazo de entrega de novas emendas

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 70, ampliou para até o próximo sábado, às 24h, o prazo de apresentação de emendas ao substitutivo apresentado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) à Comissão de Sistematização, no dia 26. O prazo encerrava-se ontem, às 24h. Ulysses concedeu também ao relator mais cinco dias para que possa preparar o parecer sobre as emendas e mais seis dias para a discussão e votação do novo substitutivo na Comissão de Sistematização (com encerramento no dia 2 de outubro). Com isso a promulgação da nova Constituição só deverá ocorrer em janeiro de 1988.

A dilatação do prazo foi solicitada a Ulysses Guimarães pelo presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE). O pedido visava, principalmente, dar mais tempo às lideranças para que possam continuar negociando temas ainda polêmicos, como o sistema de governo, o papel das Forças Armadas, o sistema tributário e a anistia aos militares cassados após 1964. Ulysses Guimarães disse, em seu gabinete, às 17h20, após comunicar o adiamento às lideranças de todos os partidos no Congresso constituinte, que tomou a decisão visando principalmente a negociação. "É preciso que o debate sobre as divergências continue a fluir. Isto facilita o trabalho", afirmou.

Apesar de admitir que a ampliação dos prazos poderá atrasar a promulgação da Constituição, Ulysses disse que confia nos entendimentos entre as diferentes tendências políticas, para que essa hipótese "possa ser contornada e a Constituição promulgada no dia 15 de novembro". afirmou que vai comandar pessoalmente o esforço para reduzir a polémica, para que não seja necessário esgotar os prazos previstos no debate e votação no plenário (quarenta dias para o primeiro turno, mais dez dias na Comissão de Sistematização e outros quinze dias para o segundo turno).

O presidente do Congresso constituinte disse que, pela experiência que possui, "os assuntos polêmicos não são resolvidos em plenário, mas no cochicho, no pé-do-ouvido, nos corredores. Isto resolve muito mais do que

NOVOS PRAZOS DO CONGRESSO CONSTITUINTE

- 3 de setembro — fim do prazo para apresentação de emendas ao substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral
- 6 a 16 de setembro — relator examina as emendas
- 16 e 17 de setembro — publicação e distribuição do parecer do relator sobre as emendas
- 18 de setembro a 2 de outubro — Comissão de Sistematização vota o substitutivo Cabral e os pedidos de destaque
- 4 de outubro — prazo para publicação do novo substitutivo
- 5 de outubro — plenário começa a discutir o novo substitutivo
- 7 de outubro — apresentação de emendas ao substitutivo
- 14 de outubro — Comissão de Sistematização aprecia as emendas
- 15 de outubro a 24 de novembro — votação do projeto de Constituição, em primeiro turno, pelo Congresso constituinte
- 25 de novembro — Comissão de Sistematização começa a redigir um novo substitutivo
- 5 de dezembro — substitutivo é encaminhado ao plenário
- 5 a 25 de dezembro — apresentação de emendas ao substitutivo
- 26 de dezembro a 3 de janeiro de 1988 — Comissão de Sistematização prepara um novo texto com base nas emendas recebidas no plenário
- 4 a 15 de janeiro — plenário do Congresso constituinte discute e vota o texto final da nova Constituição

disputa no voto". Ulysses afirmou que pretende "gastar muita saliva em conversas para lubrificar a Constituição, para que chegue festiva ao dia em que pretendemos promulgá-la, o dia 15 de novembro, no 98º aniversário da Proclamação da República".

Até ontem às 18h30, haviam sido apresentadas 5.500 emendas ao substitutivo, a grande maioria de iniciativa individual dos parlamentares. As emendas dos grupos e da liderança do governo (de interesse do Palácio do Planalto) continuam sendo objeto de negociação e só deverão ser apresentadas amanhã e no sábado.

Os grupos suprapartidários discutem opções de regime

Da Sucursal de Brasília

Tanto o "grupo dos moderados" quanto o "grupo do consenso", os dois principais grupos suprapartidários do Congresso constituinte, passaram a discutir, desde ontem, o sistema de governo a ser adotado na nova Constituição. Até agora, os grupos consideravam o tema "inconciliável" e deixavam o debate para o plenário. "Agora, há um ambiente para esta discussão", disse o senador José Richa (PMDB-PR), centro, coordenador dos "moderados", que começou a analisar, a partir de hoje, a opção entre o parlamentarismo e o presidencialismo.

Apesar de não ter promovido uma discussão formal sobre o sistema de governo, o "grupo do consenso" também está se posicionando. "Praticamente todos os peemedebistas do grupo (a ala majoritária) são parlamentaristas", afirmou o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), centro-esquerda, coordenador do grupo. Segundo ele, dos 49 parlamentares do PMDB integrantes da Comissão de Sistematização, 35 apoiam o sistema parlamentarista.

O "grupo do consenso" não vai apresentar emendas próprias sobre o sistema de governo, porque os constituintes do PDT e PT que integram o grupo são presidencialistas. Os peemedebistas do grupo vão apoiar a emenda que o grupo dos constituintes parlamentaristas apresentará. Scalco quer, entretanto, algumas modificações na proposta do senador José

Fogaça (PMDB-RS), centro-esquerda, de um parlamentarismo com o fortalecimento da competência do presidente. "A proposta do Fogaça é muito presidencialista", afirmou.

"Se for inegociável, não haverá mudança nenhuma. Mas temos que discutir. Seria a mudança mais visível para o povo brasileiro", disse Richa. O senador paranaense vai restringir a discussão ao "grupo dos moderados". "Vamos começar aqui, porque nós nunca discutimos aqui dentro", afirmou.

Richa defende um sistema parlamentarista clássico no corpo da nova Constituição, com eleição indireta do presidente da República, e uma negociação para fixar, nas disposições transitórias, os prazos para a implantação do novo sistema. "Não se faz uma mudança tão profunda sem haver uma transição", disse o coordenador do grupo dos "moderados". Embora não queira estabelecer o tempo de duração da "transição", Richa disse que "não pode ser antes de 1989".

Esquerda

O "grupo de esquerda" do Congresso constituinte também está discutindo o sistema de governo. Ontem, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), centro-esquerda, apresentou uma emenda defendendo o presidencialismo. Apenas o PT e o PDT apoiam a proposta de Barbosa. Os partidos comunistas são favoráveis ao parlamentarismo.

Na defesa de sua emenda, CNBB critica o substitutivo

Da Sucursal de Brasília

O coordenador da Comissão de Assuntos Constitucionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e bispo de Bauri (SP), d. Cândido Padim, afirmou ontem pela manhã, na Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, que nem todos os capítulos do substitutivo apresentado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) estão de acordo com o preâmbulo proposto para a nova Constituição, e citou, como exemplo para sua crítica, a falta de uma "conceitualização do ideal da atividade educacional". D. Padim falou à comissão em defesa da emenda popular sobre educação apresentada pela CNBB ao Congresso constituinte.

Segundo o bispo, esta conceitualização, inexistente no capítulo destinado à educação, deveria definir a qualidade do ensino a ser exigida de todas as escolas e instituições educacionais, quer as mantidas pelo governo ou pela iniciativa da sociedade.

"Situação lamentável"

Ele observou que o projeto preserva uma visão do Estado ao dizer que o sistema de educação é dever e direito do governo, atribuindo-lhe a obrigação de organizar o setor. Segundo d. Padim, a "situação la-

mentável" em que se encontra a educação no país "decorre da excessiva intervenção do Estado".

Para superar esta "falha" d. Padim defendeu a inclusão na nova Carta do artigo primeiro da proposta da CNBB. Segundo o artigo, a educação nacional deve ter por finalidade "o pleno e permanente desenvolvimento individual e social da pessoa humana, para o exercício consciente e livre da cidadania mediante uma reflexão crítica da realidade, para a capacitação ao trabalho e para a ação responsável a serviço da sociedade, apta a criar uma convivência solidária comprometida com a realização da justiça e da paz".

Crianças

Além de d. Padim, a Comissão de Sistematização ouviu os professores Vital Didonet (Comissão Nacional Criança e Constituinte) e Deodato Rivera, coordenador da campanha "Criança, prioridade nacional", defendendo emendas populares encaminhadas à Comissão. Rivera disse aos parlamentares que somente no ano passado morreram no país quarenta e cinco mil crianças menores de cinco anos por doenças evitáveis. Ambos pediram aos deputados e senadores que garantam, na futura Constituição, melhores condições de vida para crianças e adolescentes.

Moreira não faz 'objeção' à idéia de Sarney

Das Sucursais

O governador do Rio, Wellington Moreira Franco (PMDB), 42, disse ontem, às 19h, que não faz "nenhuma objeção à idéia do presidente José Sarney de submeter à consulta popular todo o conjunto da nova Carta", como anunciado anteriormente pelo porta-voz do Palácio do Planalto, jornalista Frota Neto.

Moreira afirmou ainda que sua proposta de realização de um plebiscito para referendar apenas o sistema de governo aprovado pelo Congresso constituinte será discutida amanhã, em Florianópolis (SC), durante reunião dos governadores —embora "no âmbito do PMDB, essa responsabilidade seja, por convenção, da Constituinte".

Moreira disse que "entendo e outros governadores também entendem que o sistema de governo no Brasil é o presidencialismo" —referindo-se ao referendo ocorrido em 1963, durante o governo de João Goulart— e que "se os constituintes resolverem mudar isso, deve ser através de um plebiscito". Segundo o governador fluminense, a realização desse referendo "é um problema de ética política, porque o povo já tomou sua decisão através do voto".

Reunião

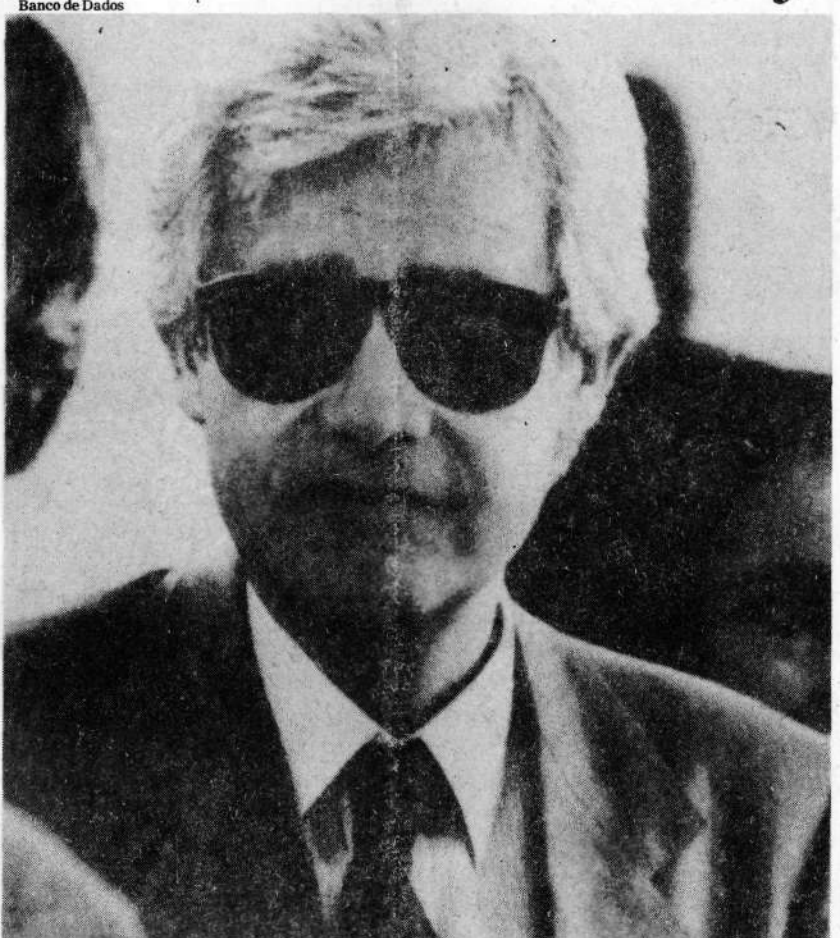
A reunião de amanhã, no hotel Castelmar, em Florianópolis, deverá contar com as presenças de Moreira, Orestes Quêrcia (SP), Pedro Simon

(RS), Pedro Ivo (SC), Álvaro Dias (PR), Max Mauro (ES), Newton Cardoso (MG), Marcelo Miranda (MS), Flaviano Melo (AC), e José Aparecido (DF). A participação do governador de Goiás, Henrique Santillo, não está confirmada. Além de Moreira, já se pronunciaram a favor do plebiscito sobre o sistema de governo os governadores Quêrcia e Pedro Ivo.

Segundo Pedro Ivo, o encontro tem o objetivo de reunir sugestões e reivindicações comuns dos Estados, a fim de serem apresentadas na reunião dos 22 governadores do PMDB, na segunda quinzena deste mês, no Rio de Janeiro.

Para o governador catarinense, outro assunto que será abordado durante o encontro diz respeito ao posicionamento dos Estados frente ao recente corte no orçamento determinado pelo governo, com repercussões nos programas estaduais de desenvolvimento. No caso de Santa Catarina, ele afirmou que estão ameaçados um projeto de incremento agrícola no interior do Estado, a duplicação da BR-101 e todo o plano rodoviário estadual.

Na área política, o governador mostrou-se favorável à realização de um plebiscito para definir o sistema de governo. Embora a questão do desgaste sofrido pelos governos do PMDB não esteja, oficialmente, em pauta, não está descartada a sua discussão entre os governadores.



O governador do Rio, Moreira Franco que sugeriu a realização de um plebiscito

Waldir Pires é contra comícios por diretas em 88

O governador da Bahia, Waldir Pires (PMDB), 60, afirmou ontem, em Salvador, que é contra a iniciativa de realização de comícios pela antecipação das eleições presidenciais para 1988, e que não irá ao ato que será realizado sábado em Maceió (AL). Ele disse acreditar que essas manifestações possam "perturbar a velocidade da transição, que já temora tanto", e que está "empenhado na luta para terminar, num prazo mais curto possível, esse ciclo da nossa história, dessa Constituição que está aí, que acolhe as regras do arbítrio".

O secretário de Comunicação Soci-

al de Alagoas, Cláudio Humberto Rosa e Silva, 33, disse ontem que o governador do Estado, Fernando Collor de Mello (PMDB), participará de todos os comícios pela antecipação das eleições presidenciais. "Onde houver palanque pelas diretas, o governador estará presente", afirmou Rosa e Silva. Hoje à tarde, Collor de Mello seguirá para Belo Horizonte (MG), para participar do encontro programado, na praça da Rodoviária (região central da cidade), pelo Comitê "Pró-Diretas 88" mineiro; amanhã, estará em outro comício, em Recife (PE); depois, no sábado, estará em Maceió (AL), e no domingo em Aracaju (SE).

Para o comício de Maceió —na praia de Sete Coqueiros, uma das regiões nobres da cidade, onde os organizadores pretendem fazer um "showmício"— já foram confirmadas as presenças dos presidentes do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva, PDT, Leonel Brizola, e PC do B, João Amazonas, e dos senadores Mário Covas e Afonso Carmago. Os organizadores esperam reunir, no mínimo, vinte mil pessoas.

Até ontem, o Comitê "Pró-Diretas 88" de Minas havia distribuído cerca de quinhentos mil cartazes e mais vinte mil impressos convocando a população de Belo Horizonte para o comício de hoje, às 16h30. Os organi-

zadores confirmaram as presenças de Covas, Afonso Camargo, Lula e Brizola, e do governador Collor de Mello.

O prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos (PMDB), confirmou anteriormente, às 18h, sua participação no comício de Recife, amanhã, a partir das 20h, no bairro de Santo Amaro. Ele afirmou que "o povo está frustrado desde 1984, com a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, quando foi às ruas pedir as 'diretas-já', e se frustrou ainda mais com o fracasso do Plano Cruzado, restando agora apenas o Congresso constituinte, que não pode falhar".

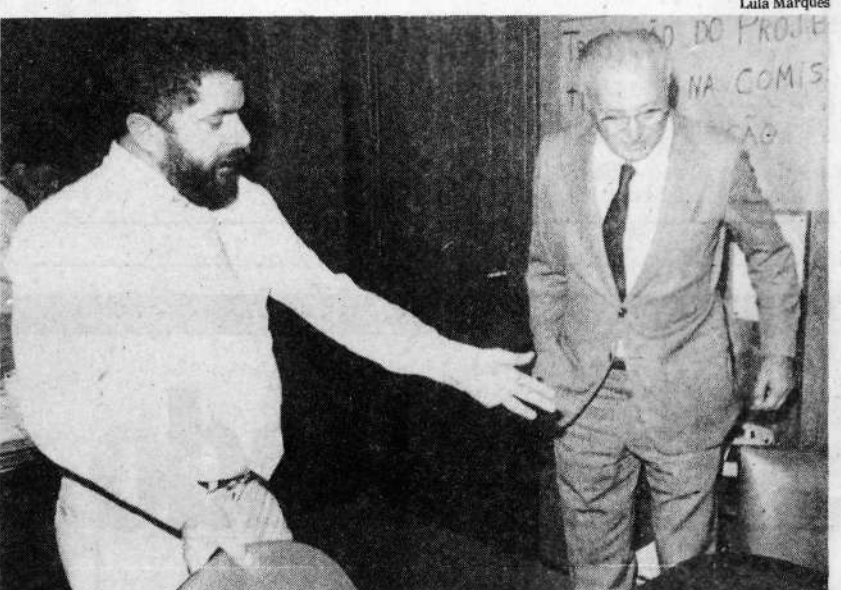
Substituto de Cabral incorpora teses ecológicas

Do enviado especial a Brasília

O pequeno mas bem articulado grupo de ambientalistas no Congresso constituinte —não mais que vinte deputados— tem razões de sobra para permanecer satisfeito, caso a futura Constituição incorpore os dispositivos presentes no substitutivo do relator Bernardo Cabral. De fato, a defesa do meio ambiente é um dos nove princípios em que se funda a Ordem Econômica, e o meio ambiente mereceu todo o capítulo sexto da Ordem Social, prevendo, por exemplo, a preservação "e a diversidade do patrimônio genético do país" (fauna e flora), e ainda introduzindo a figura do crime ecológico.

Deputados como Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), 42, centro-direita, defensora do Pantanal, Raimundo Bezerra (PMDB-CE), 50, centro, adversário do uso do mercúrio em garimpos, Vitor Buaiz (PT-ES), 44, esquerda, participante de movimentos pela preservação da Floresta Atlântica, e Fábio Feldman (PMDB-SP), 32, centro-esquerda, conseguiram provocar o desejado barulho, já entre abril e maio, quando trabalhavam na subcomissão que tratou do tema. Promoveram audiências públicas em Mato Grosso e São Paulo, tiveram relativo sucesso no proselitismo com que enfrentaram os "lobbies" das mineradoras e agrotóxicos, e, em seguida, na Comissão de Ordem Social, tiveram suas sugestões integralmente aceitas. (JBN)

Il duce



Lula recebe o presidente da Fiesp, Mario Amato, em seu gabinete na Câmara

PT receberá propostas da Fiesp para a Constituinte

Da Sucursal de Brasília

Na próxima semana o presidente nacional do Partido dos Trabalhadores e líder da bancada constituinte de seu partido, Luis Inácio Lula da Silva (SP), esquerda, começa a receber em seu gabinete na Câmara todas as propostas encaminhadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) ao Congresso constituinte. Essa medida foi acertada ontem durante visita do presidente da Fiesp, empresário Mario Amato, à liderança do PT na Câmara.

Das 18h10 às 19h25, Amato, Lula e o secretário-geral do PT, deputado Olívio Dutra (RS), esquerda, estuda-

ram a possibilidade de uma atuação conjunta do PT e da Fiesp nas questões em que as duas partes possuem "pontos convergentes", como definiram. Estes pontos são: as propostas sobre política habitacional, administração tripartite do Fundo de Habitação, política econômica "que propicie a geração de empregos", além de reformulações nas áreas de saúde, educação e transporte.

"Estamos dispostos a conversar para chegar à formulação de propostas que atendam o interesse da classe trabalhadora", declarou Lula. Segundo Amato, permanecem as divergências sobre a jornada de trabalho de 40 horas e a estabilidade no emprego.

OAB quer alterar a composição para o Supremo

Da Sucursal de Brasília

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) quer alterar a composição e competência do Supremo Tribunal Federal (STF) fixadas no substitutivo apresentado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), à Comissão de Sistematização, no último dia 26. As modificações propostas pela OAB serão apresentadas em uma emenda endossada pelo deputado Nelson Jobim (PMDB-RS).

A principal diferença é quanto a forma de indicação dos onze ministros. Pelo substitutivo, o presidente da República nomeia os ministros que teriam mandato vitalício. A OAB quer que os ministros sejam indicados pelo presidente, pela Câmara dos Deputados e pelo próprio Supremo Tribunal Federal. Todos os nomes seriam submetidos a aprovação do Senado. Os ministros teriam um mandato de oito anos.

STJ

Pela proposta da OAB, o Supremo Tribunal Federal ficaria com função exclusiva de corte constitucional, abrindo-se apenas a atribuição de corte de soberania (para arbitrar problemas com Estados estrangeiros). Todas as outras funções atribuídas ao STF pelo substitutivo seriam repassadas ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Ordem dos Advogados quer ver alterada também a composição do STJ: os 33 membros seriam ampliados para 54.

GOUON/SPACCA